Síntese dos Indicadores Sociais

2007







Indicadores Sociais Sociais do Ceará

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes - Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)

Silvana Maria Parente Neiva Santos - Secretária

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Marcos Costa Holanda - Diretor Geral Marcelo Ponte Barbosa - Diretor de Estudos Econômicos Eveline Barbosa Silva Carvalho - Diretora de Estudos Sociais

ELABORAÇÃO

André Oliveira Ferreira Loureiro - Analista de Políticas Públicas Cláudio André Gondim Nogueira - Analista de Políticas Públicas Jimmy Lima de Oliveira - Analista de Políticas Públicas Leandro Oliveira Costa- Analista de Políticas Públicas Raquel da Silva Sales- Técnica de Políticas Públicas

FICHA TÉCNICA

NORMALIZAÇÃO Helena Fátima Mota Dias

ILUSTRAÇÕES E CAPA Nertan Cruz de Almeida

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA Fábio Dutra

Copyright 2009 IPECE

Síntese dos Indicadores Sociais do Ceará - 2007 Fortaleza, IPECE, 2009.

46p.

1 - Estatística - indicadores sociais. 2- Ceará. I - Título. CDU31 (813.1)

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)

End. Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora

Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N

Ed. SEPLAN - 2° andar

60839-900 - Fortaleza-CE

Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496

Fax: (85) 3101-3500 www.ipece.ce.gov.br ipece@ipece.ce.gov.br

Sumário

APRESENTAÇÃO	5
PARTE 1 – RESUMO DOS INDICADORES	7
PARTE 2 – ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES	17
1. Aspectos Demográficos	17
2. Condições dos Domicílios	22
3. Saúde	
4. Educação	32
5. Trabalho e rendimento	38
6. Concentração de renda e pobreza	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52

Apresentação

Os *Indicadores Sociais do Ceará 2007* são aqui oferecidos à sociedade na perspectiva de contribuir para uma adequada análise das condições sociais em que se encontra a população do Estado do Ceará, procurando enfatizar suas necessidades básicas, além de aspectos como a concentração de renda e a pobreza.

Para a elaboração do presente estudo são utilizadas informações coletadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A partir dessas informações foi possível evidenciar as principais transformações socioeconômicas verificadas nos últimos anos no Ceará e comparar com o restante da região Nordeste e do Brasil. Neste documento são apresentados os principais indicadores que apontam para uma melhoria das condições sociais da população cearense, assim como aqueles que requerem atenção especial dos governantes e dos formuladores de políticas públicas.

Mantendo-se o padrão de análise realizada para a Síntese de Indicadores Sociais do IPECE, o estudo está dividido em duas partes. Na primeira parte será apresentado um resumo dos indicadores de 2007, incorporando comparações entre Ceará, Nordeste e Brasil, assim como uma análise da variação desses indicadores no tempo. A segunda parte do estudo se destina a tecer uma análise mais detalhada sobre o comportamento dos indicadores ao longo do período considerado, bem como a relação entre os diferentes aspectos relacionados às condições sociais no Ceará.

Resumo dos Indicadores

1

Nesta seção é apresentada uma análise sintética dos principais indicadores socioeconômicos do Estado do Ceará em 2007, assim como uma comparação com o restante da Região Nordeste e do Brasil. Além disso, é apresentada uma comparação com a situação verificada em 2006, 2002 e 1992, objetivando análises da evolução dos indicadores no curto, médio e longo prazos.

No sentido de avaliar a situação relativa do Ceará, são apresentados gráficos de radar, tomando os indicadores do Brasil como referência, de forma a construir uma medida sintética que evidencia, em termos gerais, se o Estado vem se aproximando da média nacional ao longo do tempo.

Essa medida é construída a partir das relações entre os indicadores do Ceará e do Brasil. Mais especificamente, essas relações são construídas da seguinte forma:

- (1) Indicador do tipo "quanto maior, melhor":

 Relação = (Indicador do Ceará / Indicador do Brasil) x 100%
- (2) Indicador do tipo "quanto menor, melhor":

 Relação = (Indicador do Brasil / Indicador do Ceará) x 100%

Com isso, se o valor de uma relação for inferior a 100%, isto evidenciará que o indicador do Ceará é pior que o do Brasil; uma relação igual a 100% mostra que os indicadores são equivalentes; e, finalmente, se a relação for superior a 100%, isto sugere que o indicador do Ceará é melhor que a média nacional.

Portanto, a medida sintética proposta consiste na média das relações ora descritas para um determinado ano. Os resultados são apresentados graficamente por meio de um radar. Assim, dois tipos de informações muito importantes podem ser obtidas: no mesmo ano, será possível identificar quais indicadores do Ceará são melhores ou piores que os do Brasil, e a análise da média das relações evidenciará se o Estado tem-se aproximado ou não da média nacional ao longo do tempo.

Síntese dos Indicadores Sociais 2007

Os gráficos propostos são construídos a partir dos 21 indicadores a seguir.

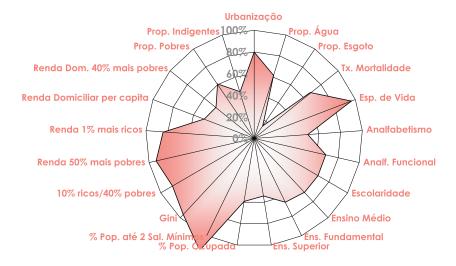
- Grau de urbanização (†)
- Proporção de domicílios com abastecimento de água regular (†)
- Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (†)
- Taxa de mortalidade infantil (↓)
- Esperança de vida ao nascer (1)
- Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) (↓)
- Porcentagem de analfabetismo funcional entre adultos (↓)
- Escolaridade média de adultos (em anos de estudo) ([†])
- Percentual da população adulta com pelo menos o 2º grau completo (†)
- Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o 1º grau completo (1)
- Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo ([↑])
- Porcentagem da população ocupada sem rendimentos ()
- Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 salários mínimos (†)
- Índice de Gini (L)
- Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população (↓)
- Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres (†)
- Proporção da renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas (↓)
- Renda domiciliar per capita real (†)
- Renda domiciliar per capita real dos 40% mais pobres (†)
- Proporção de pessoas abaixo da linha da pobreza (J
- Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (J)

Quando o indicador vem acompanhado por (†), significa que ele é do tipo "quanto maior, melhor"; quando vem acompanhado por (↓), é do tipo "quanto menor, melhor".

Os gráficos 1, 2, 3 e 4 a seguir mostram a situação do Ceará em relação ao Brasil, assim como a média das relações para os anos de 1992, 2002, 2005 e 2006².

² Cabe destacar que em função da mudança de definição de algumas variáveis, os valores diferem levemente em relação à publicações anteriores dos Indicadores Sociais do IPECE.

Gráfico 1: Radar dos Indicadores Sociais - Ceará - 1992

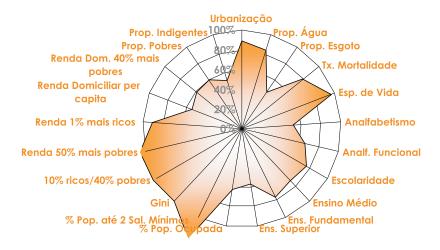


Média = 67,98%

Fonte: IBGE/PNAD

Conforme o gráfico 1, em 1992, em termos gerais, a situação do Ceará representava, em média, 67,98% da situação brasileira, quando se considera os indicadores listados.

Gráfico 2: Radar dos Indicadores Sociais - Ceará - 2002

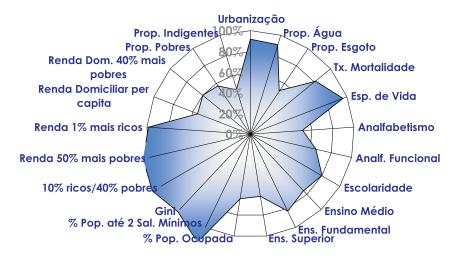


Média = 76,28%

Fonte: IBGE/PNAD

Em 2002, em termos gerais, o Ceará obteve avanços em alguns indicadores, e passou a ter em média, 76,28% da situação brasileira. Em 2006, o Ceará apresentou uma situação relativa de 77,91% do padrão nacional, como ilustra o gráfico 3 a seguir.

Gráfico 3: Radar dos Indicadores Sociais - Ceará - 2006



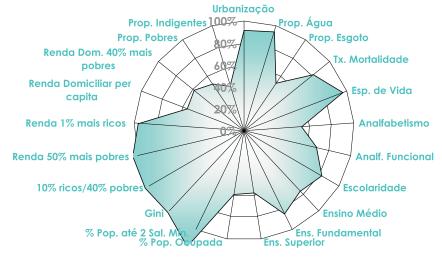
Média = 77,91%

Fonte: IBGE/PNAD

Assim como em 2002, alguns indicadores em 2006 apresentaram relações iguais ou superiores a 100% sugerindo que para tais indicadores o Ceará é melhor que a média nacional. São eles: a porcentagem da população ocupada com rendimentos de até dois salários mínimos, a razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população e a proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres.

Em 2007, o Ceará manteve sua situação em relação ao Brasil, com uma leve redução na média, como ilustra o gráfico 4 a seguir. Neste caso, a média das relações foi igual a 77,44%, portanto, um valor ligeiramente inferior ao observado em 2006.

Gráfico 4: Radar dos Indicadores Sociais - Ceará - 2007



Média = 77,44%

A partir destes gráficos é possível observar que a média relativa dos indicadores no Ceará vem apresentando um crescimento contínuo e considerável entre 1992 e 2007, onde se verifica uma melhora da situação cearense em relação aos padrões nacionais.

De forma mais específica, a análise dos 21 indicadores contemplados neste estudo fornece os seguintes indícios:

- O Ceará, em 2007, se encontrava em uma situação (valor absoluto) melhor que o Nordeste em 12 indicadores e melhor que o Brasil e o Nordeste em 3.
- No período de 2006 a 2007, o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 9 indicadores, melhor que o Brasil em 1, e melhor que o Nordeste em 1.
- No período de 1992 a 2007, o Ceará teve melhor performance (variação percentual) do que o Brasil e o Nordeste em 15 indicadores, melhor que o Brasil em 1 e melhor que o Nordeste em 3.

Assim, é possível constatar que o Estado já possui, em termos gerais, um nível social melhor que o Nordeste e vem avançando no sentido de reduzir as disparidades em relação ao Brasil.

Os valores dos indicadores e suas performances em diferentes períodos, que possibilitaram a obtenção destas conclusões e que, também, foram usados na elaboração das figuras analisadas anteriormente, são apresentados em uma série de quadros-resumo, a seguir.

Quando se observa o Quadro 1 a seguir, fica claro que o Estado do Ceará supera a média da Região Nordeste na maioria dos indicadores, possuindo ainda dois indicadores acima da média nacional: Concentração de Renda (índice de Gini) e a Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população. No entanto, é possível verificar, ainda, que o Estado do Ceará se destaca em vários indicadores quando se refere à evolução nos últimos anos. Na maioria dos casos, o Estado apresenta melhorias nos indicadores mais significativas do que a Região Nordeste e do que o Brasil, tanto entre 2006 e 2007 (Quadro 3), entre 2002 e 2007 (Quadro 4), entre 1992 e 2002 (Quadro 5), quanto entre 1992 e 2007 (Quadro 6). Nesta evolução de longo prazo, merece destacar que o Estado do Ceará apresentou melhorias significativas na grande maioria dos indicadores, e quase a totalidade dos indicadores evoluiu bem acima da média nacional e da Região Nordeste.

Quadro 1 - Resumo dos Indicadores Sociais Valores de 2007

Indicadores		Valores em 2007		
inai	indicadores		NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	76,4	71,8	83,5
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	78,8	75,7	83,3
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	26,9	29,7	51,3
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	29,7	35,6	24,3
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	70,3	69,7	72,7
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	19,1	19,9	10,0
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	39,1	41,5	26,3
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,6	5,5	6,9
9	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	25,3	25,2	33,5
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	44,3	40,8	52,3
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	5,3	5,2	9,3
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	17,7	18,59	10,36
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	68,76	66,91	58,35
14	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	0,548	0,565	0,554
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	17,10	20,00	17,86
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	15,48	14,72	14,85
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	12,85	14,51	12,39
18	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	293,28	312,60	527,48
19	Renda domiciliar <i>per capita</i> real dos 40% mais pobres (R\$)*	75,17	76,52	128,85
20	Proporção de pessoas pobres	44,17	43,54	22,70
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	18,53	17,55	7,95

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste;

Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil;

^{*} Valores corrigidos pelo INPC de Setembro de 2007.

Quadro 2 - Resumo dos Indicadores Sociais Valores de 2006

Indicadores		Valores em 2006		
inai	indicadores		NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	76,34	71,39	83,16
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	75,20	75,10	83,20
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	24,30	28,00	48,50
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	30,80	36,90	25,10
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	69,90	69,40	72,40
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	20,60	20,74	10,38
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	41,95	42,79	27,20
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,34	5,25	6,73
9	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	24,34	23,74	32,25
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	41,99	38,78	50,69
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	5,49	5,12	8,99
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	17,15	18,39	10,84
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	70,35	68,11	60,45
14	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	0,546	0,572	0,560
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	16,87	19,31	18,44
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	15,60	14,61	14,63
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	12,84	15,49	12,61
18	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	281,98	303,40	513,55
19	Renda domiciliar <i>per capita real</i> dos 40% mais pobres (R\$)*	73,26	73,87	123,95
20	Proporção de pessoas pobres	44,71	46,49	25,15
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	19,30	19,24	8,74

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil;

^{*} Valores corrigidos pelo INPC de Setembro de 2007.

Quadro 3 - Resumo dos Indicadores Sociais Variação percentual de 2006-2007

Indicadores		Variação % em 2006/2007		
			NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	0,08	0,57	0,41
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	4,79	0,80	0,12
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	10,70	6,07	5,77
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-3,57	-3,52	-3,11
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	0,57	0,43	0,41
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-7,18	-3,86	-3,79
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-6,80	-3,01	-3,30
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	5,12	4,20	2,67
9	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	3,92	6,15	3,88
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	5,49	5,20	3,19
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	-2,71	2,53	3,76
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	3,03	1,07	-4,45
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	-2,26	-1,76	-3,47
14	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	0,31	-1,16	-1,12
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	1,33	3,56	-3,14
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	-0,75	0,79	1,51
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	0,10	-6,30	-1,69
18	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	4,01	3,03	2,71
19	Renda domiciliar <i>per capita</i> real dos 40% mais pobres (R\$)*	2,61	3,58	3,95
20	Proporção de pessoas pobres	-1,21	-6,35	-9,73
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-3,96	-8,79	-9,02

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste;

Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

Quadro 4 - Resumo dos Indicadores Sociais Variação percentual de 2002-2007

Indicadores		Variação % em 2002/2007		
			NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	1,73	1,84	-0,71
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	15,20	7,22	1,59
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	29,33	22,73	10,56
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-15,38	-14,01	-12,52
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	5,02	5,00	5,30
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-15,39	-18,29	-15,33
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-18,71	-15,31	-16,51
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	21,07	18,56	12,67
9	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	31,61	27,38	24,40
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	30,34	29,25	18,34
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	23,72	23,66	21,90
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	-5,51	-5,65	-11,48
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	4,65	4,07	9,48
14	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-7,19	-4,24	-6,10
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	-18,96	-7,61	-18,53
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	11,83	8,34	13,62
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-13,18	-11,20	-7,22
18	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	15,87	22,04	13,81
19	Renda domiciliar <i>per capita</i> real dos 40% mais pobres (R\$)*	8,87	11,34	10,75
20	Proporção de pessoas pobres	-19,38	-23,91	-30,38
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-26,37	-35,57	-38,34

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

Quadro 5 - Resumo dos Indicadores Sociais Variação percentual de 1992-2007

Indicadores		Variação % em 1992/2002		
			NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	22,24	17,33	7,05
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água regular (%)	74,72	37,14	13,17
3	Proporção de Domicílios c/ acesso à rede de coleta de esgotos (%)	398,12	128,43	31,89
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-53,70	-47,93	-43,39
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	10,36	10,46	9,65
6	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-44,49	-39,08	-41,86
7	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-37,12	-32,03	-37,45
8	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	65,08	56,24	38,16
9	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	100,78	88,06	81,08
10	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	126,00	99,04	75,55
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	66,97	63,91	58,19
12	Porcentagem da população ocupada sem rendimentos	-34,07	-21,24	-34,45
13	Porcentagem da população ocupada com rendimentos de até 2 s.m.	12,90	11,52	10,10
14	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-8,73	-4,24	-4,48
15	Razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres da população	-30,59	-10,76	-16,45
16	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	26,05	12,69	12,47
17	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-17,26	-0,37	-5,36
18	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)*	65,06	61,37	47,14
19	Renda domiciliar <i>per capita</i> real dos 40% mais pobres (R\$)*	112,54	83,11	66,13
20	Proporção de pessoas pobres	-33,78	-33,93	-43,73
21	Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (Indigentes)	-55,19	-54,09	-57,72

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE

Nota: Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste;

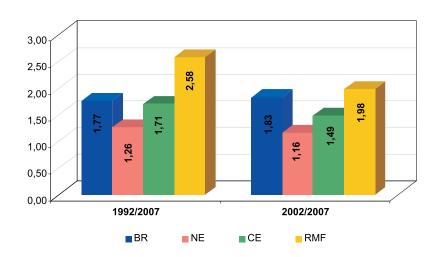
Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil.

1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

Em 2007, o Estado do Ceará apresentava uma população de 8.358.376 habitantes, representando aproximadamente 16,0% da população do Nordeste e 4,4% da população do Brasil.

O Gráfico 1.1 apresenta as taxas médias de crescimento da população do Brasil, Nordeste, Ceará e da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), considerando-se tanto uma perspectiva de longo prazo (1992-2007), como uma de médio prazo (2002-2007).

Gráfico1.1: Taxa Média Geométrica Anual de Crescimento da População (%)



Fonte: PNAD/IBGE.

Conforme o referido gráfico, em relação a 1992, a população cearense cresceu a uma taxa média geométrica anual de 1,71% (com crescimento acumulado de 28,94% no período 1992-2007), enquanto a do Nordeste aumentou a uma taxa média de 1,26% ao ano (com crescimento acumulado de 20,73%) e a do Brasil a 1,77% ao ano (com crescimento acumulado de 30,01%). Isso mostra que a população cearense cresceu de forma mais intensa do que a nordestina no período considerado, mas um pouco mais lentamente que a média brasileira.

Considerando-se um período mais recente, entre 2002 e 2007, verificase um comportamento similar, mas com uma característica interessante: o ritmo de crescimento das populações do Ceará e do Nordeste vem se reduzindo, ao passo que a população brasileira apresenta uma pequena aceleração no seu ritmo de crescimento.

Ainda de acordo com o Gráfico 1.1, verifica-se que a RMF vem aumentando a sua população em um ritmo consideravelmente mais intenso que a média cearense e a do Brasil³. Mais especificamente, entre 1992 e 2007, a sua população cresceu aproximadamente 46,45%, o que representa uma taxa média anual de crescimento de 2,58%. No período 2002 a 2007, esse ritmo decaiu significativamente, mas ainda continua a ser mais elevado que a média do Estado e do país.

O crescimento mais expressivo da população em torno da capital cearense indica um aumento da concentração da população do Ceará nesta região, tanto que a mesma passou a representar 41,8% da população total do Estado, em 2007, contra os 36,8% verificados em 1992. O crescimento populacional mais acelerado da RMF deveu-se em parte ao fluxo migratório em direção às maiores cidades do Estado, principalmente àquelas situadas na RMF. Há que se considerar ainda que uma parte da população que migra para a esta região tende a não retornar para seus municípios de origem e, portanto, os filhos gerados por estas pessoas serão naturais dos municípios pertencentes à RMF, incrementando ainda mais a sua taxa de crescimento populacional.

Este processo contribuiu para manter a taxa de urbanização do Ceará elevada em 2007, com cerca de 76,4% da população residindo nas áreas urbanas do Estado. Se comparado ao Brasil, verifica-se que o Ceará é um pouco menos urbanizado, mas o seu indicador é superior à média nordestina.

Vale salientar que uma maior concentração da população nas áreas urbanas é a priori desejável, pois, reduz o custo de prestação de certos serviços (distribuição de energia e água, coleta de esgoto e de lixo etc.) e favorece o aumento da sinergia entre as empresas e atividades produtivas, principalmente àquelas ligadas à indústria e ao setor de serviços. Por outro lado, a concentração excessiva pode trazer efeitos indesejáveis (aumento da criminalidade, congestão

² Estes dados, assim como as demais informações apresentadas nesta seção têm como fonte primária a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE.

³ Em 2007, a RMF apresentava um total de 3,493 milhões de habitantes.

dos serviços públicos, elevação do desemprego e/ou do subemprego, engarrafamentos etc.) mas, em geral, os benefícios tendem a superar os custos.

O Gráfico 1.2 exibe os valores da taxa de urbanização do Brasil, Nordeste e Ceará no período de 2002 a 2007. Esta taxa pode ser definida como Percentual da população urbana em relação à população total.

Além do que já foi discutido, os referidos gráficos revelam ainda que tanto o Ceará como o Nordeste apresentaram uma leve tendência de crescimento da taxa de urbanização no período 2002-2007, ao passo que o indicador do Brasil tendeu a exibir uma certa estabilidade, apresentando uma pequena redução no período considerado.

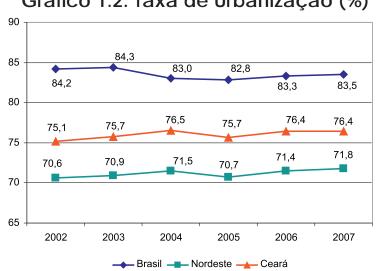


Gráfico 1.2: Taxa de Urbanização (%)

Fonte: PNAD/IBGE.

No que diz respeito à distribuição da população por sexo, percebese que a população feminina é predominante no Ceará, representando um pouco mais que 51% da população, acompanhando o padrão verificado no Brasil e no Nordeste.

Um indicador usualmente utilizado neste contexto é a razão de sexo, que representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres. Se esta for menor (maior) que 100, isto representará que há um número menor (maior) de homens que o de mulheres na população. Portanto, conforme o Gráfico 1.3 indica, em todos os casos pesquisados, a população masculina é inferior à feminina.

98 96,1 96,1 95.9 95,8 96 95,4 95,4 95,3 95,2 95,2 95,0 95,0 95,0 94 94,3 94,1 94,2 94,2 93,7 92.6 92 90 2002 2003 2005 2006 2007 2004 → Brasil → Nordeste → Ceará

Gráfico 1.3: Razão de Sexo

Fonte: PNAD/IBGE.

Uma das razões para que a população feminina tenda a ser maior que a masculina deve-se à maior expectativa de vida das mulheres. Isto pode ser verificado através da análise das pirâmides etárias do Ceará para os anos de 1992, 2002 e 2007.

Conforme se observa da Figura 1.1, a constatação feita acima fica clara ao serem analisadas as pirâmides etárias do Ceará, que mostram que a população feminina é preponderante nas faixas etárias com 20 anos e mais.

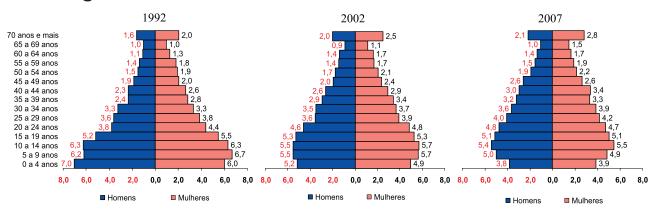


Figura 1.1: Pirâmides Etárias - Ceará - 1992, 2002 e 2007

Fonte: PNAD/IBGE

Outra constatação muito importante a ser feita a partir das pirâmides etárias apresentadas, diz respeito à uma tendência já verificada nos países desenvolvidos e em outros países em desenvolvimento, e que também se manifesta claramente nas áreas geográficas em análise: o processo de envelhecimento da população. Percebe-se uma tendência de aumento da participação das faixas com 20 anos e mais, com destaque para o grupo de pessoas com 60 anos e mais.

Essa transformação deve-se, pelo menos em parte, à melhoria nas condições de saúde, implicando na ampliação da expectativa de vida das pessoas. Outros fatores que influenciam este processo dizem respeito à redução da taxa de fecundidade das mulheres, do maior planejamento familiar e da maior participação da mulher no mercado de trabalho.

Como um reflexo dos movimentos descritos acima, observa-se uma tendência de redução na razão de dependência, que representa a razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). O comportamento deste indicador é apresentado a seguir com a ajuda dos Gráficos 1.4a e 1.4b.

64,1 59,1 60,3 60 57,3 56,6 61,1 56,2 56,1 58,4 57,9 55 56,2 52,3 54,7 51,1 51,0 50,0 50 49.4 48,6 45 2002 2003 2004 2005 2006 2007 → Brasil → Nordeste → Ceará

Gráfico 1.4a - Razão de Dependência

Fonte: PNAD/IBGE.

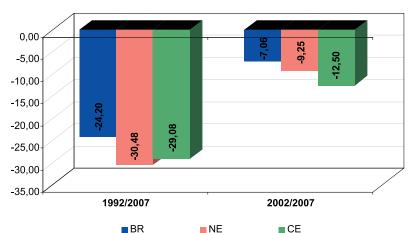


Gráfico 1.4b - Variação da Razão de Dependência (%)

Fonte: PNAD/IBGE.

A redução na razão de dependência ocorreu porque embora a população de idosos (65 anos e mais) tenha aumentado ao longo dos anos, a população de crianças (menores de 15 anos) vem caindo e esta tem um peso bem maior que os idosos na composição etária. Além disso, a população em idade ativa (15 a 64 anos) aumentou consideravelmente no período.

Finalmente, é importante constatar que estas modificações nos aspectos demográficos do Ceará foram acompanhadas por importantes transformações sociais e econômicas, conforme será detalhado nas seções seguintes.

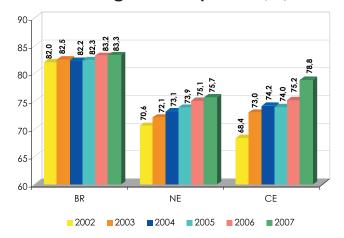
2. CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

No que diz respeito às condições de domicílios particulares e permanentes, a análise é iniciada a partir do indicador Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado, ou seja, quando a proveniência da água do domicílio for da rede geral de distribuição, canalizada para o domicílio ou pelo menos para o terreno ou propriedade em que está situado.

Este é, sem dúvida, um dos indicadores mais importantes dessa dimensão, uma vez que a qualidade da água que as pessoas utilizam é essencial para garantir-lhes condições de saúde adequadas. Mais especificamente, o acesso à água de qualidade tem um efeito significativo sobre a redução das doenças de veiculação hídrica e, também, da diarréia e da mortalidade infantil.

O Gráfico 2.1a mostra a proporção de domicílios com abastecimento de água adequado no Brasil, no Nordeste e no Ceará durante o período de 2002 a 2007. Este indicador pode ser definido como o total de domicílios com acesso à rede geral em relação à população total. Já o gráfico 2.1b apresenta as taxas de variação percentual da proporção de domicílios com abastecimento de água adequado do Brasil, Nordeste e Ceará considerando tanto uma perspectiva de longo prazo (1992-2007), como uma de médio prazo (2002-2007).

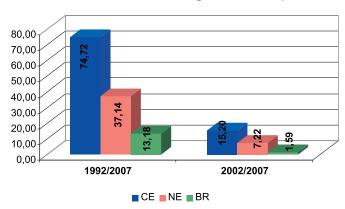
Gráfico 2.1a: Proporção de domicílios com abastecimento de água adequada (%)



Conforme o Gráfico 2.1a, nota-se que, de um modo geral, a proporção de domicílios com abastecimento de água adequado elevou-se durante o período analisado de 2002 a 2007 no Brasil, Nordeste e Ceará.

A maior elevação deste indicador foi observada no Ceará, que passou de 68,4% em 2002 para 78,8% em 2007 dos domicílios com abastecimento de água adequado. Com isto, o Estado, que se encontrava em um patamar inferior em relação ao nordeste e Brasil em 2002, foi capaz de superar a média nordestina e aproximar-se ainda mais da média nacional em 2007.

Gráfico 2.1b: Variação Percentual da Proporção de domicílios com abastecimento de água adequada (%)



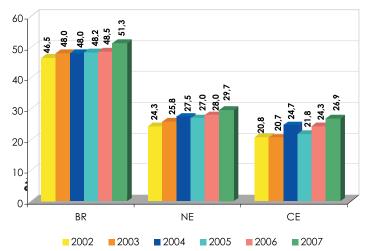
Fonte: IBGE/PNAD

Mais especificamente, o Ceará cresceu a uma taxa de 15,20%, em relação a 2002 e esta variação no crescimento foi maior que a nacional de 1,59% e a do Nordeste de 7,22%.

Outro indicador relevante, que ajuda a identificar as condições de vida da população, é a proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto, uma vez que, não entrar em contato com a água servida é fundamental para reduzir o risco de ocorrência de doenças, como a leptospirose, e para reduzir a mortalidade infantil.

O Gráfico 2.2a apresenta os valores deste indicador para o Ceará, Nordeste e Brasil no período de 2002 a 2007.

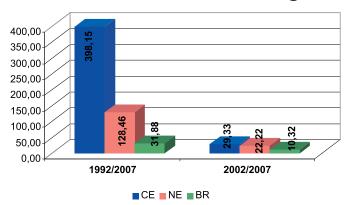
Gráfico 2.2a: Proporção de domicílios com acesso



Conforme o Gráfico 2.2a, nota-se que o Ceará apresenta uma proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos bastante inferior à média nacional e ainda abaixo da média nordestina, atendendo apenas 26,9% dos seus domicílios em 2007.

Em relação à evolução do crescimento deste indicador nota-se no Gráfico 2.2b que apesar do Estado possuir ainda a menor proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto o crescimento em relação a 1992 foi bastante expressivo sendo de 398,15%, contra o crescimento no Nordeste de 128,46 e o nacional de 31,88%.

Gráfico 2.2b: Variação Percentual da Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (%)

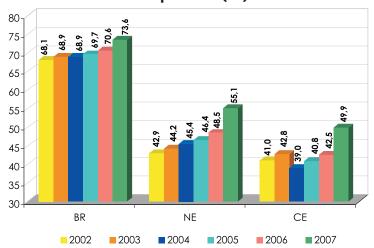


Fonte: IBGE/PNAD

O Estado também apresentou uma evolução proporcional do indicador superior a do Brasil (um crescimento de 29,33% no Ceará contra 10,32% no país) e no nordeste, reduzindo as disparidades existentes, muito embora o indicador cearense ainda seja menor que a média nacional.

Pelo Gráfico 2.3a nota-se que no Ceará, em 2007, 49,9% dos domicílios apresentavam esgotamento adequado, mas, por outro lado, essa proporção é ainda significativamente inferior à brasileira e abaixo da média nordestina.

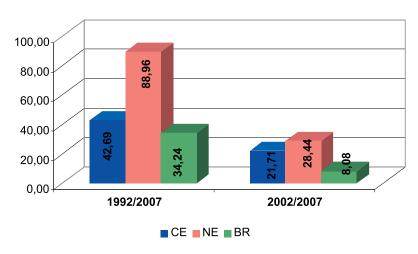
Gráfico 2.3a: Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado (%)



Outro ponto em comum entre a proporção de domicílios com acesso à rede de esgoto e com esgotamento sanitário adequado é o crescimento expressivo do indicador de 2006 a 2007 tanto no Nordeste como no Ceará (17,41% do Ceará contra no Nordeste 13,61%).

Em relação à variação da proporção do indicador em relação a 2002, nota-se que houve um comportamento relativamente similar ao que foi descrito no caso anterior, com crescimento proporcional mais acentuado do Ceará em relação ao Brasil (do Ceará 21,71% contra do Brasil 8,8%) e Nordeste.

Gráfico 2.3b: Variação Percentual da Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado (%)

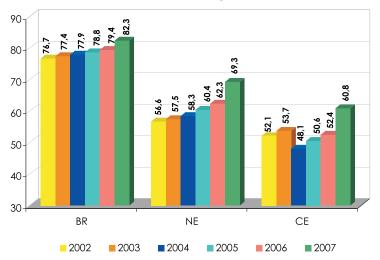


Fonte: IBGE/PNAD

Mais especificamente, se forem considerados apenas os domicílios urbanos com esgotamento sanitário adequado verifica-se, conforme já seria esperado, que o percentual de domicílios atendidos melhora para o Ceará em 2007 em relação ao indicador anteriormente apresentado, que considerava todos os domicílios das zonas rurais e urbanas. Nas áreas urbanas, por exemplo, existem economias de escala significativas que favorecem a expansão da rede de coleta de esgoto, além de que as melhores condições de renda favorecem a maior presença de fossas sépticas nos domicílios. Estas informações podem ser observadas nos Gráficos 2.4a e 2.4b

Conforme o Gráfico 2.4 constata-se que, de modo geral, a proporção de domicílios urbanos com esgotamento sanitário adequado elevou-se durante o período de 2002 a 2007 no Brasil, Nordeste e Ceará.

Gráfico 2.4: Proporção de domicílios URBANOS com esgotamento sanitário adequado (%)



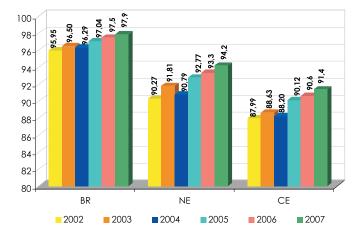
Fonte: IBGE/PNAD

Então, apesar desses movimentos recentes, em geral, favoráveis, devese considerar que ainda há espaço para se empreenderem expressivos avanços no que diz respeito ao acesso dos domicílios à água tratada e às formas adequadas de esgotamento sanitário, o que pode trazer repercussões positivas sobre a qualidade de vida das pessoas, haja vista que os beneficiados podem ter a sua saúde melhorada, além de existirem externalidades positivas associadas à melhoria da qualidade da água e do tratamento do esgoto que não podem ser desconsideradas.

Estes avanços necessários mencionados acima serão mais efetivos se forem combinados com outras ações, como a ampliação da coleta de lixo dos domicílios urbanos, por exemplo, que também está relacionada a diversos problemas de saúde pública. O Gráfico 2.5a, mostra o percentual de domicílios urbanos com coleta adequada de lixo.

Conforme é possível perceber através do referido gráfico, o Ceará é a área geográfica com menor percentual de domicílios urbanos com coleta adequada de lixo dentre as analisadas, estando o seu indicador sempre mais próximo à média nordestina. Em 2007, cerca de 9% dos domicílios urbanos no Ceará ainda não dispunham deste serviço.

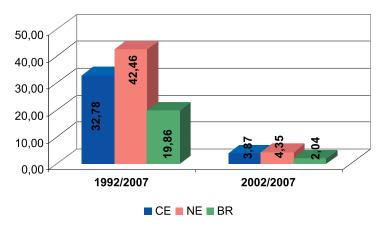
Gráfico 2.5a: Proporção de domicílios Urbanos com coleta de lixo adequada (%)



Tanto na perspectiva de longo prazo (1992-2007), como na de médio prazo (2002-2007) nota-se que o Ceará apresenta uma evolução no crescimento maior que a do Brasil.

A proporção de domicílios urbanos com coleta de lixo adequada no Estado teve um crescimento acumulado de 32,78% no período 1992-2007, enquanto a do Brasil teve o crescimento acumulado de 19,86%. No período de 2002-2007 o crescimento no Estado foi de 3,87% contra o do Brasil que apresentou uma variação positiva de 2,04%.

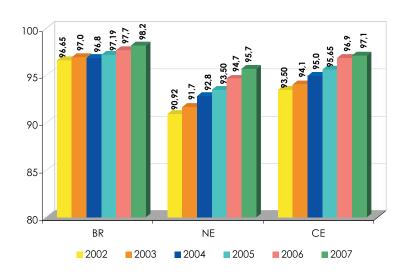
Gráfico 2.5b: Variação Percentual da Proporção de domicílios Urbanos com coleta de lixo adequada (%)



Fonte: IBGE/PNAD

Já no que diz respeito aos domicílios com energia elétrica, constatase através do Gráfico 2.6a que, tanto o Ceará, como o Nordeste e o Brasil, apresentam quase a totalidade de seus domicílios atendidos com esse serviço, que é essencial para elevar a qualidade de vida da população e para a inclusão social. Mais especificamente, em 2007, aproximadamente 97,1% dos domicílios cearenses tinham acesso à energia elétrica.

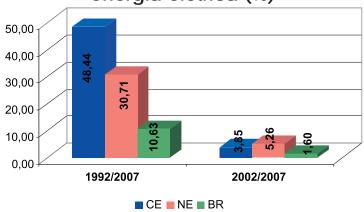
Gráfico 2.6a: Proporção de domicílios com energia elétrica (%)



Fonte: PNAD/IBGE

Em relação ao crescimento, ao longo do período analisado (2002-2007), este indicador apresentou melhor taxa para o Nordeste quando comparado ao Brasil e ao Ceará, de 1,60% e 5,26% respectivamente.

Gráfico 2.6b: Variação Percentual da Proporção de domicílios com energia elétrica (%)

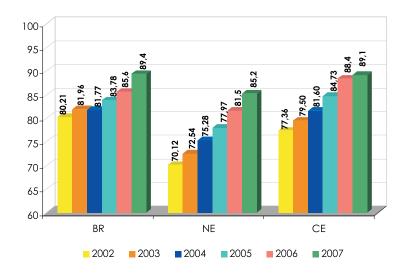


Fonte: IBGE/PNAD

Vale a pena salientar que essa tendência à universalização do serviço tem sido possível uma vez que o percentual de domicílios rurais com energia elétrica vem aumentando de forma significativa ao longo dos últimos anos.

O Gráfico 2.7 apresenta esse percentual para o período 2002-2007. Conforme o gráfico indica, em 2002, aproximadamente 77,4% dos domicílios rurais do Ceará tinham energia elétrica, ao passo que, em 2007, este percentual aumentou para 89,1%, o que representa um crescimento proporcional de 15,17% do indicador, crescimento este maior que a média nacional. Tal comportamento do indicador é importante, pois favorece a redução das disparidades existentes entre domicílios urbanos e rurais.

Gráfico 2.7: Proporção de domicílios rurais com energia elétrica (%)



Fonte: PNAD/IBGE

3. SAÚDE

Boas condições de saúde são indispensáveis para o desenvolvimento de todas as potencialidades dos seres humanos. Desta forma, fica evidente a necessidade de se analisar alguns dos principais indicadores desta dimensão.

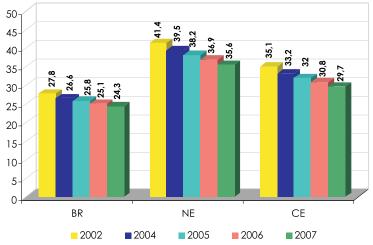
O IBGE divulga dois indicadores que podem ser considerados como uma síntese de todos os indicadores de saúde, quais sejam: a taxa de mortalidade infantil e a esperança de vida ao nascer. Estes são indicadores muito utilizados na análise das condições de saúde e de vida de uma população, bem como no direcionamento das ações e das políticas públicas voltadas para o setor de saúde.

Mais especificamente, a taxa de mortalidade infantil pode ser conceituada como a frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de 1 ano de idade) em uma população em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil.

No Gráfico 3.1a consta a evolução deste indicador para o Brasil, Nordeste e Ceará em 2002 e no período entre 2004 e 2007.

Conforme o gráfico citado indica, a taxa de mortalidade infantil ainda é relativamente elevada em todas as áreas geográficas analisadas (se comparadas às regiões mais desenvolvidas), mas vem mostrando uma trajetória consistente de redução ao longo do tempo. Essa trajetória reflete tanto a melhoria das condições socioeconômicas da população nos últimos anos, bem como o efeito de políticas específicas que acabam reduzindo os óbitos das crianças de até um ano de vida, tais como as políticas de saúde preventiva, de saneamento básico e de educação.

Gráfico 3.1a: Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos)



Fonte: IBGE.

Em termos de variação absoluta, a maior redução do indicador verificada durante o período 2002-2007 foi a da Região Nordeste, passando de 41,4 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos em 2002, para 35,6 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos em 2007. Esta é uma redução significativa, mas há que se considerar que quanto menor a taxa, mais difícil será obter expressivas reduções, já que os óbitos de menores de 1 ano são também um evento natural, i.e., não podem ser completamente evitados através de políticas públicas devido a uma série de fatores tais como herança genética, má formação de órgãos, condições climáticas extremas, acidentes etc. Como base neste argumento, não é estranho que a maior variação no indicador tenha sido verificada exatamente na área geográfica (dentre as que estão em análise) que apresenta as maiores taxas.

Por outro lado, em termos relativos, de acordo com o Gráfico 3.1b, a maior redução verificada dentre as áreas consideradas foi a do Ceará, com redução no indicador de aproximadamente 15,38% (contra 14,01% no Nordeste e 12,52% no Brasil). Com isto, o Estado tem sido capaz de se aproximar ainda mais da média brasileira ao longo do tempo, que é, sem dúvida, um resultado desejável.

-20,00 -30,00 -40,00 -60,00 1992/2007 BR

Gráfico 3.1b: Variação da Taxa de Mortalidade Infantil (%)

Fonte: IBGE.

Vale salientar que as melhorias do indicador em questão podem ser melhor visualizadas em um intervalo de tempo mais longo, haja vista que maiores transformações nas condições de vida dos indivíduos demoram a acontecer, pois dependem de uma série de fatores tais como crescimento econômico, melhor distribuição de renda e da continuidade, aprofundamento e maior efetividade das políticas públicas, sejam elas de saúde, econômicas, de educação ou de saneamento básico.

Desta forma, ainda de acordo com o Gráfico 3.1b, verifica-se que a tendência de redução consistente do indicador e o ritmo mais acelerado de queda da mortalidade infantil no Ceará em relação ao Nordeste e ao Brasil, em termos relativos, também podem ser verificados numa perspectiva de longo prazo, mas de forma consideravelmente mais intensa. Uma comprovação disto é a redução da mortalidade infantil no Ceará em 53,70% entre 1992 e 2007, que é realmente significativa.

A redução da taxa de mortalidade infantil foi acompanhada pelo acréscimo na esperança de vida ao nascer das populações do Brasil, Nordeste e Ceará, conforme ilustra o Gráfico 3.2a.

80 75 70 65 60 BR NE CE 2002 2003 2004 2005 2006 2007

Gráfico 3.2a: Esperança de Vida ao Nascer

Fonte: IBGE.

Conceitualmente, a esperança de vida ao nascer pode ser definida como o número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito à uma regra de mortalidade observada em dada população durante um dado período.

Desta forma, este indicador é, também, muito importante na mensuração da qualidade de vida das pessoas e sintetiza os efeitos de uma série de melhorias e avanços nas condições de saúde existentes, tanto preventivas como curativas, bem como nas condições socioeconômicas dos indivíduos.

Segundo se constata no referido gráfico, no período entre 2002 e 2007, as pessoas nascidas no Ceará aumentaram sua expectativa de vida em aproximadamente 3,4 anos. Esta variação foi compatível com a da média nordestina e um pouco menor que a da média nacional. Este mesmo padrão é verificado quando são consideradas as variações relativas do indicador para as áreas geográficas em análise, conforme indica o Gráfico 3.2b.

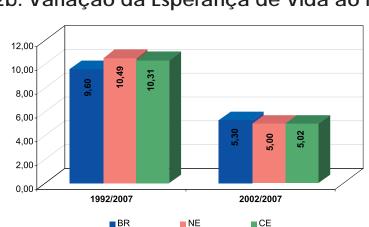


Gráfico 3.2b: Variação da Esperança de Vida ao Nascer (%)

Fonte: IBGE.

Finalmente, considerando-se uma perspectiva de longo prazo, verifica-se que os cearenses ampliaram sua expectativa de vida em mais de 10% ao longo do período entre 1992 e 2007, variação esta que foi um pouco inferior à média nordestina, mas superior à do Brasil, conforme ilustra o Gráfico 3.2b.

Uma observação interessante é que, diferentemente da taxa de mortalidade infantil, a expectativa de vida evidenciou uma elevação proporcionalmente mais preponderante no período mais recente (entre 2002 e 2007) nas áreas geográficas pesquisadas. Contudo, isto não desqualifica o argumento que as modificações no padrão de vida da população no longo prazo podem ter um efeito bastante significativo sobre este indicador, pois, mudanças expressivas na esperança de vida geralmente levam mais tempo para se manifestar que as na mortalidade infantil.

4. EDUCAÇÃO

A educação, dentre outras áreas sociais e como processo de aperfeiçoamento das faculdades humanas, é o bem social que causa maior efeito sobre as condições de vida de uma sociedade. Logo, a análise de características relevantes ao monitoramento da efetividade e da qualidade da educação cearense é um importante instrumento de gestão pública para este estado.

Neste contexto, os dados da PNAD, no período entre 2002 e 2007, mostram que o Estado do Ceará apresentou uma série de conquistas na área da educação, como pode ser observado através da análise de alguns indicadores educacionais relacionados à expansão e qualidade do ensino.

Um dos principais indicadores educacionais é a taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais de idade, pois saber ler e escrever é um dos pré-requisitos mínimos exigidos para um indivíduo poder exercer seus direitos e deveres como cidadão. Assim, a redução da taxa de analfabetismo ao longo do tempo deve representar um avanço em termos de inclusão social para uma sociedade. Opostamente, elevadas taxas de analfabetismo são consideradas fatores de marginalização e exclusão de significativas camadas da população.

Gráfico 4.1a: Taxa de Analfabetismo – pessoas com 15 anos ou mais (%)

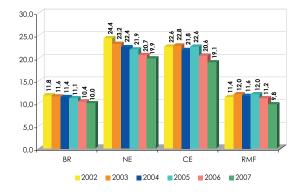
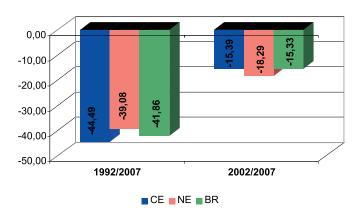


Gráfico 4.1b: Variação percentual da Taxa de Analfabetismo - pessoas com 15 anos ou mais (%)



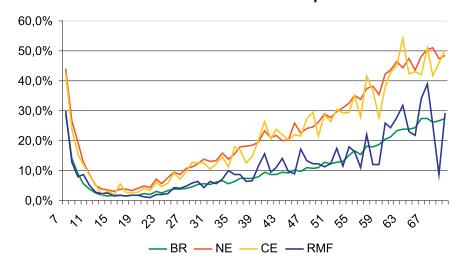
Fonte: IBGE/PNAD

Conforme indica o Gráfico 4.1a, a taxa de analfabetismo vem evidenciando uma tendência de queda no período entre 2002 e 2007, no Brasil, Nordeste, Ceará e na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Entretanto, tanto o Nordeste quanto o Ceará ainda apresentam taxas entre 19% e 20%, quase duas vezes a taxa do Brasil e da RMF. Essa inferioridade da taxa da RMF em relação à taxa do Ceará pode estar refletindo a característica territorial do analfabetismo, a taxa de analfabetismo na zona rural cearense é 33%, enquanto, na zona urbana é 15%.

Considerando a variação percentual apresentada no gráfico 4.1b, o Estado do Ceará apresentou a maior queda na taxa de analfabetismo, numa análise de longo prazo, entre 1992 e 2007, quase 45%. Isso sinaliza a efetividade dos programas de combate ao analfabetismo que vêm sendo realizados no Estado.

Gráfico 4.2: Taxa de Analfabetismo por idade -2007 (%)



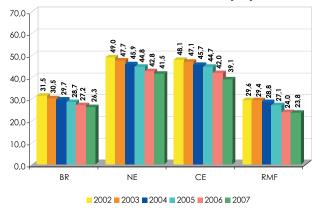
Fonte: PNAD/IBGE

Considerando-se a taxa de analfabetismo por idade, apresentada no gráfico 4.2, é possível observar que a proporção de pessoas analfabetas é bem menor nas faixas etárias relacionadas à educação formal, elevando-se quando se considera as faixas etárias relacionadas ao mercado de trabalho. É interessante observar que até a faixa de 20 anos, as proporções de pessoas analfabetas são bastante próximas em todas as regiões analisadas. No entanto, quando se considera idades mais avançadas, o Estado do Ceará e a Região Nordeste apresentam taxas de analfabetismo bem mais elevadas que a média brasileira e a verificada na Região Metropolitana de Fortaleza. Este fato pode representar a melhoria, num passado próximo, do acesso à rede de ensino para as cortes inferiores a 20 anos em todas as regiões.

Outro indicador representativo do processo de acumulação de conhecimento de uma sociedade é o percentual de analfabetos funcionais adultos. Criado pela UNESCO, este indicador considera o percentual das pessoas com 25 anos ou mais que possuem menos de 4 anos de estudo, ou seja, não chegaram a concluir nem o primeiro segmento do ensino fundamental. Estar inserido neste grupo pode significar ficar relegado ao exercício de funções que agregam pouco valor e que, consequentemente, são mal remuneradas, além de ter reduzidas suas oportunidades de trabalho. Além do mais, esta variável é muito relevante no contexto atual, visto que a economia brasileira e a cearense cada vez mais se inserem na competitiva e globalizada economia mundial.

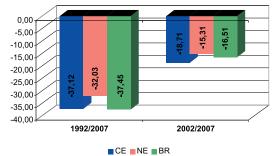
O Gráfico 4.3a apresenta o percentual de analfabetos funcionais entre adultos para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.

Gráfico 4.3a: Percentual de Analfabetismo Funcional entre adultos – 25 anos ou mais (%)



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 4.3b: Variação percentual de Analfabetismo Funcional entre adultos - 25 anos ou mais (%)



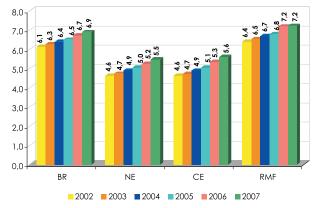
Conforme o Gráfico 4.3a, o percentual de analfabetos funcionais adultos no Ceará, em 2002, era de 48,1%, enquanto que no Nordeste e no Brasil estes percentuais eram de 49,0%, e 31,5%, respectivamente. Mas, ao longo do período de 2002 a 2007, o Estado conseguiu reduzir significativamente este indicador, tanto que, em 2007, atingiu o patamar de 39,1%. Esses declínios também podem ser vistos no gráfico 4.3b, no qual se verifica que o Ceará teve a maior variação negativa do percentual de analfabetos funcionais.

Deve-se considerar que as taxas de analfabetismo verificadas para as regiões analisadas ainda são extremamente elevadas em comparação com as observadas em países desenvolvidos. Com isto, o governo em suas várias esferas deveria aumentar significativamente os seus esforços no que diz respeito à alfabetização de adultos e crianças, principalmente para incrementar a sua inserção no mercado de trabalho.

Outro indicador educacional analisado é a escolaridade média dos adultos, ou seja, a média de anos de estudo desta população. No Ceará, este indicador vem mostrando avanços significativos, como pode ser visto no gráfico 4.4a a seguir.

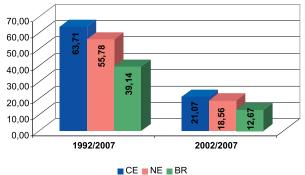
No período entre 2002 e 2007, a escolaridade média de adultos no Ceará evoluiu em cerca de 21%, que é o melhor desempenho observado entre as quatro áreas analisadas. Com isto, verifica-se que o Estado aproximouse mais, em termos relativos, da média brasileira durante este período passando de uma média de 4,6 para 5,6 anos de estudo. No longo prazo, o Ceará mostrou ter o maior avanço no aumento da escolaridade média da população, teve um acréscimo percentual de 63% entre 1992 e 2007.

Gráfico 4.4a: Escolaridade média de adultos (em anos de estudo)



Fonte: IBGE/PNAD

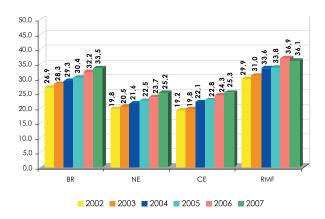
Gráfico 4.4b: Variação percentual da escolaridade média de adultos (%)



Contudo, apesar das melhorias ocorridas, a escolaridade média do Ceará ainda é muito baixa se comparada ao padrão dos estados mais desenvolvidos. Portanto, para que o Estado ganhe cada vez mais competitividade, faz-se necessário aprofundar ainda mais as políticas educacionais, estimulando a demanda e a qualidade do ensino.

Como mostram os dados sintetizados pelo Gráfico 4.5 a seguir, no período de 2002 a 2007, o aumento da escolaridade média no Ceará foi acompanhado pelo incremento no percentual de adultos com pelo menos o ensino médio completo e passou de 19,2% em 2002 para 25,3% em 2007, o que significa um acréscimo percentual de 31,6%.

Gráfico 4.5: Percentual da população adulta com pelo menos o ENSINO MÉDIO completo - 25 anos ou mais (%)

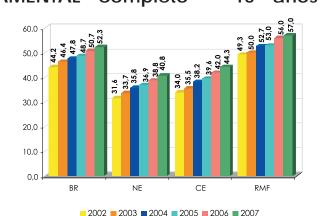


Fonte: IBGE/PNAD

Este foi, sem dúvida, o melhor desempenho observado dentre as áreas analisadas, tanto que o Ceará já supera a média nordestina no último ano da amostra.

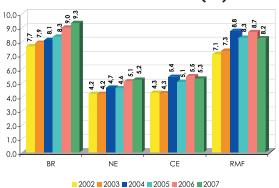
Outro indicador educacional que também pode ser relacionado à escolaridade média é o percentual da população de 15 anos ou mais com pelo menos o ensino fundamental completo, apresentado no gráfico 4.6 a seguir. É possível constatar que, no período entre 2002 e 2007, o Ceará conseguiu elevar significativamente o percentual de pessoas acima de 15 anos com pelo menos o ensino fundamental completo, de 34% para 44,3% em 2007.

Gráfico 4.6: Percentual da população com pelo menos o ENSINO FUNDAMENTAL completo - 15 anos ou mais (%)



Outra característica da educação a ser apresentada é o percentual da população – 25 anos ou mais – com nível superior completo para o Brasil, Nordeste, Ceará e RMF (Gráfico 4.7). Esta variável é importante para o desenvolvimento do Estado, pois é um indicador de mão-de-obra qualificada e da porção da população que teve acesso a todas as fases da educação formal. O Ceará vem alcançando avanços, apesar do decréscimo deste indicador em 2007 que pode representar mais o efeito do envelhecimento da população, de 0.58 pontos percentuais para a população com 25 anos ou mais.

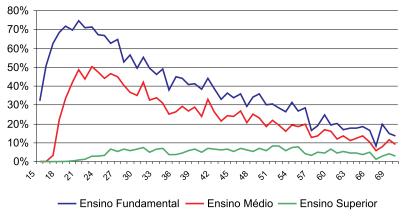
Gráfico 4.7: Percentual da população com nível superior completo -25 anos ou mais (%)



Fonte: IBGE/PNAD

O gráfico 4.8, a seguir, apresenta uma análise mais detalhada do nível de ensino da população cearense. É possível observar a taxa de escolarização por idade para os três níveis de ensino: ensino fundamental, ensino médio e ensino superior. Chamam atenção neste gráfico pelo menos dois pontos: o primeiro diz respeito ao ensino superior que apresenta uma distribuição visualmente uniforme entre as idades, revelando que não existe uma faixa etária privilegiada com este nível de ensino; o segundo se refere à concentração de pessoas que possuem o ensino médio e superior por volta dos 20 anos, que se reduz quanto mais velho for o indivíduo.

Gráfico 4.8: Porcentagem de pessoas que concluíram o ensino fundamental, ensino médio e ensino superior por anos de idade - Ceará - 2007



Portanto, com base nas informações contidas nesta seção, é possível concluir que os indicadores educacionais do Ceará vêm evoluindo de forma bastante expressiva no período entre 2002 e 2007. Ademais, as evoluções verificadas são, na maioria dos casos, superiores às ocorridas no Nordeste ou no Brasil. Com isso, ao longo do tempo, pode-se concluir que o padrão educacional dos cearenses vem tendendo a convergir para a média nacional. Consequentemente, esses resultados refletem no bom desempenho do Ceará verificado pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um índice criado para monitorar a qualidade do sistema do ensino do País e sub-regiões e facilitar o diagnóstico e a gestão das políticas educacionais. O estado bateu todas as metas estabelecidas pelo Ministério da Educação, consolidando o esforço continuado dos atuais gestores na melhoria da educação.

5. TRABALHO E RENDIMENTO

Nesta seção são apresentados os mais relevantes indicadores de trabalho e rendimento coletados na PNAD. As informações se referem às seguintes unidades geográficas: Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Dentre os indicadores de mercado de trabalho considerados, temos a taxa de ocupação dada pela razão entre a população ocupada (PO) e a população em idade ativa (PIA), que mede, dentre aqueles potencialmente aptos para o trabalho, a proporção de pessoas que, efetivamente, têm uma ocupação⁴.

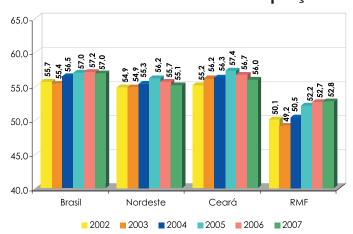


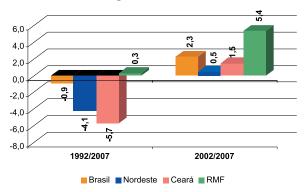
Gráfico 5.1a: Taxa de Ocupação

⁴Ao longo do período analisado a idade da população considerada pelo IBGE para o cômputo da PIA e da PO sofreram alterações. Para eliminar o efeito de tais mudanças na comparação entre os anos, considerou-se apenas a população com 10 anos ou mais de idade em todo o período.

No Gráfico 5.1b, observa-se que a taxa de ocupação cresceu, em todas as unidades geográficas consideradas, no período 2002/2007. O maior crescimento se deu na RMF (5,4%). No Ceará o resultado foi de apenas 1,5%.

Analisando o período 1992/2007, constata-se uma redução neste indicador para quase todas as unidades geográficas consideradas, exceto o Brasil. O Ceará apresentou o pior resultado, com uma redução de 5,7% da taxa de ocupação.

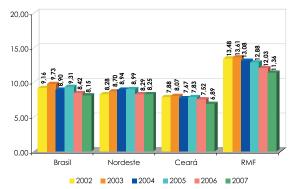
Gráfico 5.1b: Variação da Taxa de Ocupação



Fonte: IBGE/PNAD

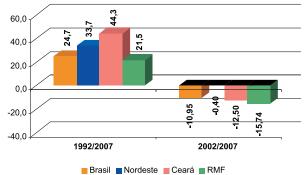
Outro indicador de extrema relevância para a análise de mercado de trabalho é a taxa de desemprego (ou desocupação)⁵. Este indicador é medido pela razão entre a população desocupada⁶ e a população economicamente ativa (PEA).

Gráfico 5.2a: Taxa de Desemprego (ou Desocupação)



Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 5.2b: Variação da Taxa de Desocupação (ou Desemprego)



⁵ Para o cálculo da taxa de desocupação também foram consideradas apenas as pessoas com idade maior ou igual a 10 anos.

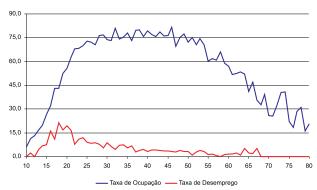
⁶ Foram consideradas desocupadas apenas aquelas pessoas que se encontravam sem trabalho na semana de referência da pesquisa e que tomaram alguma providência para sair da condição de desemprego.

A taxa de desemprego decresceu em todas as unidades geográficas durante o período 2002/2007. A RMF apresentou a maior redução durante o período. No Ceará também se observa uma redução considerável na taxa de desemprego.

Considerando o período 1992/2007, verifica-se um crescimento generalizado da taxa de desemprego. O Ceará apresentou o pior resultado, com um crescimento de 44,5%.

O Gráfico 5.3, abaixo, mostra o comportamento das taxas de ocupação e desemprego por idade no Estado. Ambas as taxas apresentam trajetórias crescentes para a população jovem, e tendem a se estabilizar a partir dos 25 anos de idade. A taxa de ocupação começa a se reduzir por volta dos 55 anos.

Gráfico 5.3 - Taxa de Ocupação e de Desemprego por Idade - Ceará - 2007

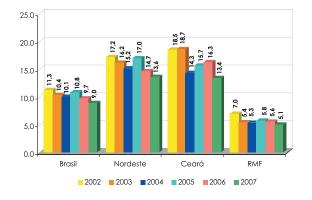


Fonte: IBGE/PNAD

A trajetória crescente da taxa de ocupação nas faixas etárias iniciais tem implicações significativas sobre o processo de acumulação de capital humano dos indivíduos mais jovens.

Uma parcela bastante vulnerável da população são as crianças de 10 a 14 anos de idade. O Gráfico 5.4, a seguir, mostra a taxa de ocupação infantil. Percebe-se que o trabalho infantil ainda é um grave problema, principalmente no Nordeste e no Ceará.

Gráfico 5.4a: Taxa de Ocupação Infantil - Brasil, Nordeste, Ceará e RMF - 2002 a 2007



Apesar de se encontrar em níveis elevados, a taxa de ocupação infantil vem se reduzindo ao longo do tempo. O ceará apresentou a maior redução, seguido de perto pela RMF, durante os anos de 2002 a 2007.

Analisando o período 1992/2007, percebe-se uma redução considerável do trabalho infantil em todas as unidades consideradas.

0,0 -20,0 -40,0 -60,0 1992/2007

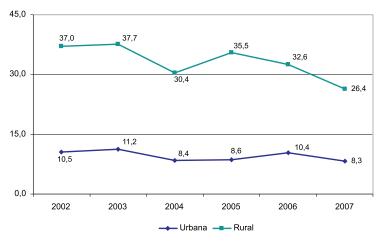
Brasil Nordeste Ceará RMF

Gráfico 5.4b: Variação da Taxa de Ocupação Infantil

Fonte: IBGE/PNAD

Analisando o gráfico 5.4a, observa-se que a RMF apresenta uma taxa bastante inferior a do Ceará, indicando que o trabalho infantil é um fenômeno que ocorre com maior intensidade na zona rural.

Gráfico 5.5 - Taxa de Ocupação Infantil - Ceará urbano e rural - 2007



Fonte: IBGE/PNAD

O Gráfico 5.5, acima, mostra a evolução da taxa de ocupação infantil nas zonas urbana e rural no Ceará. Verifica-se que a redução na taxa de ocupação infantil foi, em grande parte, devido à redução do trabalho infantil na zona rural.

Analisando a alocação do tempo dos jovens de 10 a 24 anos en-

tre trabalhar e estudar (Gráfico 5.6), nota-se que nos últimos anos tem crescido a porcentagem de jovens que apenas trabalham, com uma redução do percentual daqueles que se encontram estudando.

Ainda mais preocupante é o elevado percentual de jovens ociosos, que não estudam nem trabalham. Estes se encontram em condição de maior vulnerabilidade, pois são mais suscetíveis ao engajamento em atividades ilegais.

40,0
30,0
10,0
Não estuda e não trabalha

2002 2003 2004 2005 2006 2007

Gráfico 5.6 - Alocação do tempo dos jovens entre trabalho e estudo - Ceará

Fonte: IBGE/PNAD

O gráfico 5.7, abaixo, mostra a renda média de todos os trabalhos⁷. Percebe-se que a remuneração média dos trabalhadores da região Nordeste e do Ceará, em especial, é consideravelmente inferior à média nacional. Além disso, nota-se que a remuneração na RMF é superior à média do Estado.

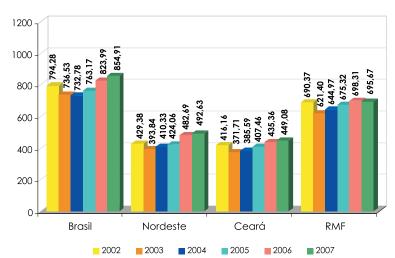


Gráfico 5.7a: Renda média de todos os trabalhos

⁷Consideram-se apenas as pessoas de 10 anos ou mais ocupadas na semana de referência. Exceto aquelas sem declaração de rendimento. Os valores estão em reais de 2007.

Apesar da queda na remuneração entre os anos de 2002 e 2003, houve um crescimento da renda média do trabalho durante o período 2002/2007. A maior variação foi observada no Nordeste. O Ceará apresentou uma variação muito próxima a do Brasil, enquanto na RMF registrou-se a menor variação. Analisando o período 1992/2007 constata-se também um crescimento expressivo da renda média em todas as unidades consideradas, com destaque para o Nordeste e o Ceará.

Gráfico 5.7b: Variação da Renda Média de todos os trabalhos

60,0 45,0 30.0

15,0 0.0 1992/2007 2002/2007

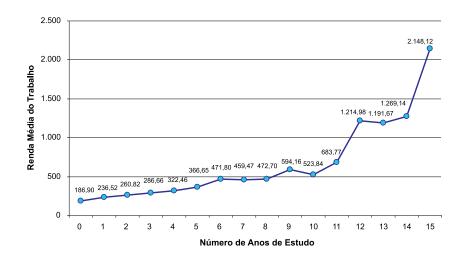
■ Brasil ■ Nordeste ■ Ceará ■ RMF

Fonte: IBGF/PNAD

Relacionando a renda média do trabalho ao número de anos de estudo (Gráfico 5.8), constata-se uma relação positiva entre estas variáveis. Quanto maior a escolaridade maior a renda média do trabalho. Observa-se um salto considerável na renda dos indivíduos que possuem 12 anos ou mais de estudo em relação aos demais.

Este fato reforça a preocupação com a entrada precoce dos jovens no mercado de trabalho. A baixa escolaridade, causada pela entrada precoce no mercado de trabalho, tem o efeito de limitar as oportunidades de emprego a postos de trabalho que não exigem qualificação e que dão baixa remuneração.

Gráfico 5.8: Renda Média do Trabalho por Anos de Estudo Ceará – 2007



O gráfico 5.9, abaixo, apresenta o percentual da população ocupada sem rendimentos. Percebe-se uma redução nesse percentual em todas as unidades geográficas consideradas.

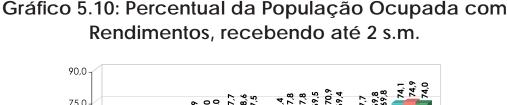
No período 2002/2007, o percentual da população ocupada sem rendimentos na RMF caiu 26,2%, este foi o melhor resultado durante o período.

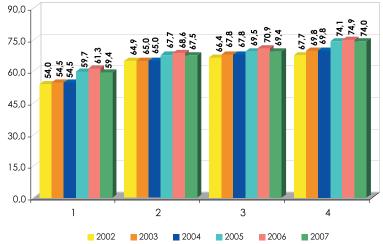
30,0 25.0 19,9 19,5 19,5 18,5 18,7 18,3 18,0 19,2 17,3 20,0 15.0 10,0 5,0 0,0 Brasil Nordeste Ceará 2002 2003 2004 2005 2006 2007

Gráfico 5.9: Percentual da População Ocupada sem Rendimentos

Fonte: IBGE/PNAD

Além da redução do percentual da população ocupada sem rendimentos, verifica-se que houve um aumento do percentual da população ocupada recebendo até dois salários mínimos (Gráfico 5.10) Este resultado indica uma melhoria nas condições do mercado de trabalho durante o período.





O aumento do percentual da população ocupada com rendimentos recebendo até dois salários mínimos foi inferior a redução do percentual da população ocupada sem rendimentos. Isto indica que uma parcela da população ocupada que não auferia renda passa a auferir, e que uma parcela que recebia até dois salários mínimos passa a ganhar mais, representando um aumento na renda média dos trabalhadores.

O gráfico 5.11a, apresenta a renda domiciliar *per capita* média. Observa-se que, embora tenha ocorrido uma redução entre os anos de 2002 e 2003, houve um crescimento da renda no período como um todo.

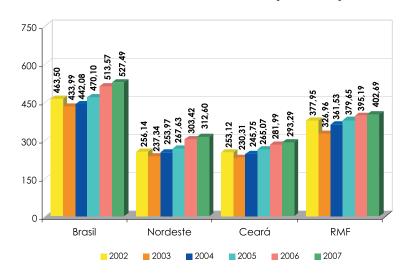


Gráfico 5.11a: Renda Domiciliar per capita Média

Fonte: IBGE/PNAD

No período 2002/2007, o maior crescimento da rdpc é verificado na região Nordeste. Brasil e Ceará apresentaram resultados similares. Enquanto se observa uma estagnação da rdpc na RMF durante o período.

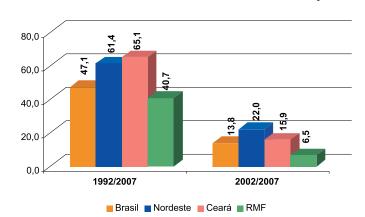


Gráfico 5.11b: Variação da Renda Domiciliar per capita média

Analisando o período 1992/207, percebe-se um crescimento da rdpc em todas as unidades. O Ceará apresentou o melhor resultado com um crescimento de 45,2%. Novamente, o menor crescimento ocorreu na RMF.

6. CONCENTRAÇÃO DE RENDA E POBREZA

A desigualdade de renda e a pobreza se constituem em um dos principais aspectos quando se analisa os indicadores sociais de uma região. Nesta seção serão abordadas estatísticas relacionadas a este tema no Estado do Ceará, como o Índice de Gini⁸, e o comportamento das taxas de pobreza e de indigência⁹. Em seguida, realiza-se uma análise dos principais indicadores de pobreza e suas relações com determinadas características da população cearense.

O Gráfico 6.1a a seguir apresenta a trajetória da mais utilizada medida de concentração de renda, o Índice de Gini, no período entre 1997 e 2007.

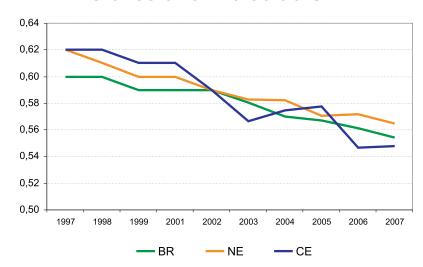


Gráfico 6.1a: Índice de Gini

Fonte: IBGE/PNAD

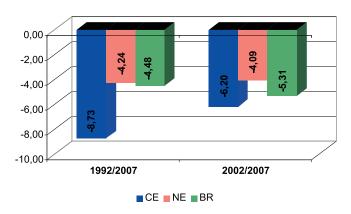
Nos últimos onze anos, o Estado do Ceará vem apresentando uma significante redução da desigualdade de renda. Além de seguir a tendência observada para a Região Nordeste e Brasil, o Estado do Ceará tem mostrado um forte desempenho no período recente.

Apesar de o Índice de Gini no Ceará ter apresentado uma leve elevação em 2007, este valor ainda se situa em um patamar inferior ao observado para o Brasil e Região Nordeste, dado que em 2006 a queda da desigualdade de renda no Estado foi bastante acentuada.

⁸ Para mais detalhes sobre o cálculo do índice de Gini, ver Nota Técnica do IPECE, nº. 14. Além disso, o Índice de Gini foi calculado com base na renda domiciliar per capita.

⁹ O termo indigência será utilizado aqui como uma alternativa ao conceito de extrema pobreza, sendo utilizados indistintivamente.

Gráfico 6.1b: Índice de Gini

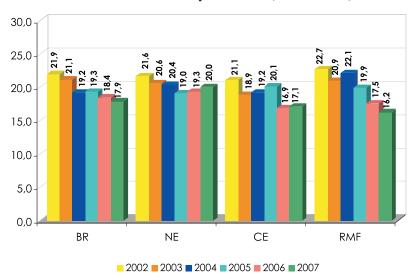


Fonte: IBGE/PNAD

No período de 1992 a 2007, a queda na desigualdade de renda no Estado do Ceará foi significativamente maior do que no restante do país, visto que a redução se situou em 8,73%, enquanto a Região Nordeste e o Brasil apresentaram reduções de 4,24% e 4,48%, respectivamente. Além disso, em determinados períodos, a redução da desigualdade de renda no Ceará tem sido ainda mais intensificada como no período recente de 1997 a 2007, onde a redução foi de 11,68%.

Outro indicador bastante representativo da distribuição de renda é a razão entre as rendas dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres da população.

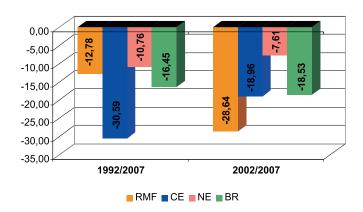
Gráfico 6.2a: Razão entre as RDPC média dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres (P90/P40)



Fonte: IBGE/PNAD

Observando o Gráfico 6.2a, percebe-se que a razão entra a renda domiciliar per capita média dos 10% mais ricos caiu em relação à renda domiciliar per capita média dos 40% mais pobres da população cearense entre 2005 e 2006, mantendo a trajetória decrescente dos últimos anos no Ceará. Esta queda significativa não se manteve em 2007, onde ocorreu um leve aumento na relação, mas assim como o Índice de Gini, continua bem abaixo do nível encontrado para toda a Região Nordeste. Esta mesma tendência se repetiu para o Nordeste, mas não para Brasil que vem apresentando reduções mais contínuas da desigualdade de renda (ver Gráfico 6.1a). O gráfico 6.2b a seguir, reforça esta observação, onde se observa que no longo prazo o Estado do Ceará tem apresentado reduções mais significativas do que as demais regiões.

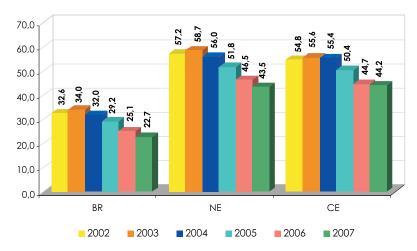
Gráfico 6.2b: Variação percentual da razão entre as RDPC média dos 10% mais ricos e os 40% mais pobres (P90/P40)



Fonte: IBGE/PNAD

O Gráfico 6.3a, a seguir, apresenta a proporção da população Cearense abaixo da linha de pobreza, isto é, a porcentagem de pessoas que não possuem renda domiciliar per capita suficiente para sua subsistência¹¹.

Gráfico 6.3a: Proporção da População abaixo da Linha de Pobreza (%)



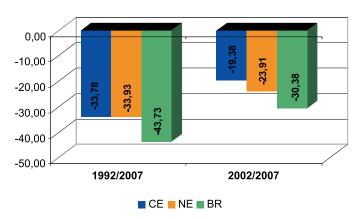
Fonte: IBGE/PNAD

Segundo o valor deste indicador, o Estado do Ceará obteve uma redução da proporção de pobres em 1,2% entre os anos de 2006 e 2007.

¹¹Linha de pobreza calculada a partir da definição de uma cesta básica regional desenvolvida pela comissão IBGE-IPEA-CEPAL Esta redução segue a tendência que se observa quando analisa o longo prazo (Gráfico 6.3b), onde a proporção de pobres no Ceará caiu aproximadamente 33,8% entre 1992 e 2007.

Observando ainda o Gráfico 6.3a, além do Gráfico 6.3b, percebese ainda que o aumento da pobreza no Estado do Ceará seguiu a mesma tendência na Região Nordeste e Brasil. Comparativamente, a pobreza no Ceará é maior do que a registrada a nível regional e nacional. Além disso, a redução da pobreza foi mais forte no Brasil em torno de 9,7% entre 2006 e 2007.

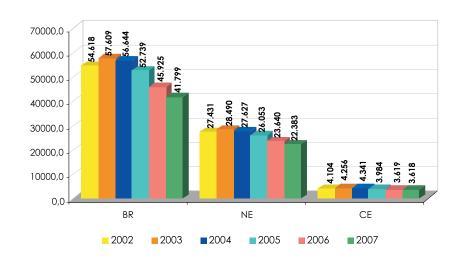
Gráfico 6.3b: Variação percentual da proporção da população abaixo da Linha de Pobreza (%)



Fonte: IBGE/PNAD

No sentido de dimensionar a extensão da pobreza nas regiões sob análise, o gráfico 6.3c a seguir apresenta o número de pessoas pobres em milhares em cada área.

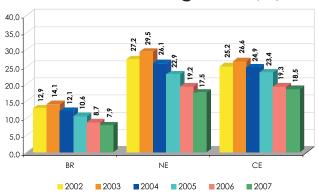
Gráfico 6.3c: População abaixo da Linha de Pobreza (Milhares)



Por outro lado, quando se observa a proporção de pessoas abaixo da linha de indigência (extrema pobreza) no Ceará, apresentada no Gráfico 6.4a a seguir, pode-se notar que esta caiu 4% entre os anos de 2006 e 2007. Já a nível regional e nacional, a indigência recuou 8,8% no Nordeste e 9% no Brasil, neste mesmo período.

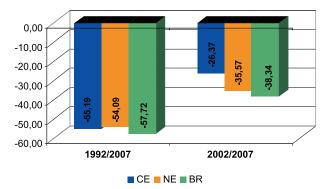
No longo prazo, o Ceará se destaca por uma redução significativa dos níveis de indigência, como apresenta o Gráfico 6.4b, onde se observa uma queda de aproximadamente 55,2% entre 1992 e 2007. Já o Nordeste e o Brasil obtiveram reduções, respectivamente, de 54,1% e 57,7%, no mesmo período.

Gráfico 6.4a: Proporção da População abaixo da Linha de Extrema Pobreza ou Indigência (%)



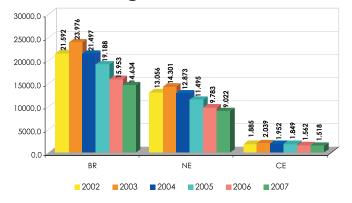
Fonte: IBGE/PNAD

Gráfico 6.4b: Variação percentual da proporção da população abaixo da Linha de Extrema Pobreza ou Indigência (%)



Fonte: IBGE/PNAD

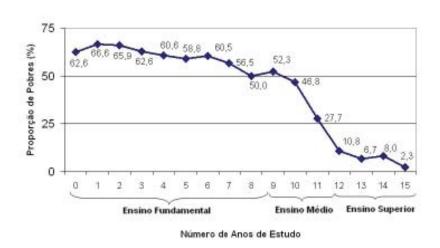
Gráfico 6.4c: População abaixo da Linha de Extrema Pobreza ou Indigência (Milhares)



Além de toda análise sobre desigualdade de renda e pobreza no presente estudo, alguns fatos estilizados aqui incorporados são de extrema importância como, por exemplo, o papel da educação no bem-estar da população.

Como discutido anteriormente, se a renda domiciliar per capita de um indivíduo aumenta à medida que ele adquire um ano adicional de estudo, provavelmente menores serão as chances de ele estar abaixo da linha de pobreza. Isso pode ser observado no Gráfico 6.5, a seguir, que mostra a proporção de pobres para cada ano de estudo.

Gráfico 6.5: Proporção de Pobres por Número de Anos de Estudo - Ceará - 2007



Fonte: IBGE/PNAD

Como é de se esperar, à medida em que o número de anos de estudo aumenta, a proporção de pobres é cada vez menor. Para indivíduos com menos de oito anos de estudo, a proporção de pobres sempre está acima de 50% em cada respectivo ano. Para indivíduos com Ensino Médio a proporção de pobres chega a um mínimo de 27,7% (11 anos de estudo). No entanto, a queda mais significativa acontece quando o indivíduo possui doze anos ou mais de estudo, onde a proporção de pobres chega a um valor mínimo de 2,3% dos indivíduos com ensino superior (15 anos de estudo).

O Gráfico 6.5 evidencia que a educação é um fator importante no que diz respeito ao bem-estar social e, consequentemente, no combate à pobreza. Visto que o número médio de anos de estudo da população adulta (acima de 25 anos de idade) no Ceará é de aproximadamente 5 anos de estudo, conclui-se que muito ainda deve ser feito para melhorar a condição educacional e de renda da população.

Considerações Finais

Observando os indicadores sociais do Estado do Ceará em 2007 e comparando-os com os observados nos anos anteriores, além de contrastá-los com as estatísticas da Região Nordeste e do Brasil, é possível identificar significativos avanços alcançados ao longo dos últimos anos. Observou-se que tanto em termos absolutos e, principalmente, em termos de performance, a condição social da população cearense vem avançando consideravelmente em comparação à Região Nordeste e ao Brasil.

Ao observar os indicadores sociais no médio e curto prazo, fica evidenciado que ainda há espaço para o aprofundamento destes avanços, bem como para a elaboração de novas políticas públicas destinadas a melhorias das condições de vida da população cearense.

Neste estudo, destacam-se os avanços significativos alcançados nas áreas da educação, condições de domicílio, saúde e mercado de trabalho. Apesar da elevada proporção de pobres e indigentes no Estado, os indicadores relativos à concentração de renda e pobreza têm indicado que o Estado do Ceará tem avançado de maneira considerável.

Apesar dos avanços observados a partir dos indicadores, não há dúvidas sobre a necessidade de melhorias em diversas áreas sociais para que a população alcance uma condição social satisfatória. A partir deste diagnóstico, pretende-se dar subsídios à formulação e implementação de políticas públicas adequadas e eficientes com o objetivo de atender as necessidades básicas da população cearense.